

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA ESCOLAR PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Ana Karina Amorim **Checchia** – USP

Agência Financiadora: CAPES

Resumo

Neste trabalho, embasado teoricamente em uma perspectiva crítica em Psicologia Escolar, enfatiza-se a relevância de se propiciar na formação de professores a discussão de questões proferidas no campo da Psicologia Escolar que expressam o deslocamento de seu foco de análise da centralidade no indivíduo para a reflexão sobre o processo de escolarização, compreendido em sua complexidade, e as relações entre os sujeitos que constituem a vida diária escolar. Considera-se que a disciplina *Psicologia da Educação* ministrada na formação inicial de professores pode consistir em importante aliada na luta pela humanização das relações escolares, tendo como alicerce discussões proferidas na Psicologia Escolar relativas ao processo de escolarização, voltadas para a explicitação do caráter ideológico de teorizações psicológicas naturalizantes e a problematização de preconceitos cientificamente legitimados que atravessam as relações escolares, bem como do reducionismo de questões socialmente constituídas ao âmbito individual, propiciando com que estes professores (como essenciais aliados nesta luta) busquem com isso não compactuar.

Palavras-chave: Psicologia Escolar; formação de professores; Ensino Superior.

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA ESCOLAR PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Introdução

O modo como a Psicologia se insere, historicamente, na formação inicial de professores, é marcado pelo *psicologismo na Educação*, compreendido como uma expressão do reducionismo de questões social e historicamente constituídas ao âmbito individual ou, mais especificamente, como “um enfoque estritamente psicológico [que]

ignora o efeito das condições sociais e políticas sobre o comportamento, tornando subjetivos problemas gerados pela estrutura social e econômica” (LIBÂNEO, 2012, p. 156).

Libâneo enfatiza que os reducionismos na Educação “pecam por isolar um aspecto da totalidade do ato educativo e, em cima desse aspecto parcial, discutir o objeto da educação” (op.cit., p. 155). Nesse contexto, refere-se tanto ao sociologismo, por meio do qual se privilegia o enfoque sociopolítico, reduzindo, por exemplo, todos os problemas da escola ou da educação à função social de reprodução das relações de produção na sociedade capitalista vigente, quanto ao psicologismo, em que se desconsideram questões produzidas nessa estrutura social, enquanto os fenômenos investigados nessa interface com a Educação são reduzidos à dimensão subjetiva.

Enquanto no campo da Educação são proferidas críticas ao psicologismo, com referências à centralidade do indivíduo abstrato no estudo de questões relativas à interface entre Psicologia e Educação, enfatizando-se a influência do individualismo subjacente a tradicionais teorizações psicológicas na formação inicial de professores, na Psicologia Escolar, o questionamento do reducionismo de fenômenos relativos ao processo de escolarização ao âmbito individual é intensificado ao longo do movimento crítico que se evidencia no Brasil principalmente a partir do início da década de 1980.

Com a publicação de *Introdução à Psicologia Escolar*¹ e *Psicologia e ideologia: uma introdução crítica à Psicologia Escolar* (Patto, 1984), Maria Helena Patto contribui para a consolidação dessa perspectiva crítica em Psicologia Escolar, ao analisar a história da articulação entre Psicologia e Educação neste país, denunciando o caráter ideológico presente em concepções teóricas produzidas no campo da Psicologia voltada para questões educacionais e enfatizando a necessidade de investigação das raízes dos fenômenos estudados nessa interface, em oposição à sua naturalização.

Embasando-se nos fundamentos do pensamento marxista, Patto questiona o reducionismo de fenômenos sociais e historicamente constituídos (tal como o fracasso escolar) ao âmbito individual e ressalta a relevância de se compreender a complexidade de fatores implicados no processo educacional, de modo a atentar para elementos sociais, políticos, institucionais e relacionais envolvidos nesse contexto, situando-o na atual conjuntura social capitalista e evidenciando a legitimação científica de preconceitos e estereótipos que embasam tradicionais teorizações psicológicas. A partir

¹ Livro organizado por Patto, publicado originalmente em 1981, com edições posteriores, tal como a de 1997, referida neste trabalho.

das considerações enunciadas por Patto na década de 1980, outros psicólogos passam a expressar a tendência do movimento crítico nesse campo do conhecimento, intensificando os estudos ancorados nesta perspectiva e propiciando sua divulgação no meio acadêmico – conforme ilustram produções recentes tais como as de Tanamachi, Proença e Rocha (orgs.) (2000); Freller (2001); Meira e Antunes (orgs.) (2003a, 2003b); Viégas e Angelucci (orgs.) (2006); Souza (org.) (2007); CRP e GIQE² (orgs.) (2010) e Leal, Facci e Souza (orgs.) (2014).

O reducionismo de questões social e historicamente constituídas ao âmbito individual, que se revela como uma inversão ideológica arraigada no bojo da sociedade capitalista, propícia à alienação e na qual se endossa a primazia do indivíduo, sob o fulcro do individualismo liberal, apresenta como uma de suas vias de expressão conhecimentos produzidos no campo da Psicologia Escolar, tendo, por exemplo, como eficientes porta-vozes nesse meio acadêmico tradicionais explicações sobre o fracasso escolar, que vêm sendo questionadas ao longo desse movimento crítico.

A inversão ideológica presente no reducionismo subjacente a tais teorizações se evidencia à medida que ao abstrair o fracasso escolar, detendo-se à experiência imediata e, portanto, sem investigar as condições objetivas implicadas em sua produção, essas teorizações apresentam o fracasso tal como aparece, ou seja, reduzido ao âmbito individual, atribuindo-se as origens desse fenômeno a fatores centrados no indivíduo. Nesse processo, ocultam-se tanto a constituição social e histórica do fracasso escolar, quanto o fato de que a culpabilização do indivíduo consiste em um eficaz instrumento a serviço da manutenção da ordem social; preconiza-se, então, a aparente primazia do indivíduo, que ao mesmo tempo compõe essa realidade invertida (regida, inclusive, sob os preceitos do individualismo liberal), calcada na luta de classes, e a máscara.

Em tal processo de inversão, os efeitos produzidos no dia a dia das escolas e na história escolar dos sujeitos são tidos como causas, enquanto o secular descaso do Estado em investir na Educação pública de qualidade e a complexidade de fatores implicados na produção do fracasso escolar deixam de ser considerados (PATTO, 1996). Sendo assim, tais teorias psicológicas, como expressão do discurso competente, aceito como verdade e que dissimula a dominação social sob a carapaça de cientificidade (CHAUÍ, 1981), disseminam seus conhecimentos – no sentido de conhecimento instituído, ou seja, como pensamento cristalizado, avesso à interrogação –

² Conselho Regional de Psicologia de São Paulo e Grupo Interinstitucional Queixa Escolar.

que abrangem o meio acadêmico e o senso comum (estabelecendo-se entre ambos uma relação de mútua influência) e são reproduzidos por profissionais da Educação e da Saúde. Como porta-vozes desse discurso naturalizante, por meio do qual as adversidades do processo de escolarização são reduzidas a fatores centrados no indivíduo, tais profissionais atribuem a origem do fracasso escolar a questões de ordem genética (ligadas à raça, ao talento pessoal, à capacidade intelectual ou a disfunções orgânicas), bem como relativas ao ambiente familiar ou à condição socioeconômica dos alunos, seguindo os preceitos ditados pelas teorias racistas, da aptidão natural, organicista, ambientalista ou, ainda, da carência cultural (PATTO, 1984, 1996, 1997, 2005).

Ao longo do movimento crítico no campo de Psicologia Escolar, esse reducionismo de fenômenos social e historicamente constituídos ao âmbito individual vem sendo problematizado, a partir de uma mudança de foco da análise de questões estudadas na interface entre Psicologia e Educação. Com base nesta perspectiva crítica, esse foco de análise desloca-se da centralidade do indivíduo abstrato para a reflexão sobre o processo de escolarização, compreendido em sua complexidade, de modo a abranger, além de aspectos sociais, políticos e institucionais, as relações entre os sujeitos que constituem e são constituídas na vida diária escolar, concebendo-se o sujeito como um ser histórico, produto e produtor das relações sociais e da sociedade. Neste sentido, as questões escolares são investigadas no contexto do processo educacional brasileiro, analisando-se o modo como essas condições objetivas se concretizam no dia a dia escolar (e suas implicações para a escolarização), bem como a especificidade da vida escolar desse sujeito.

Considerar elementos sociais, políticos e institucionais envolvidos no processo de escolarização implica contextualizá-lo na sociedade capitalista brasileira vigente, alicerçada na divisão de classes e na exploração, situando no bojo de seu sistema educacional o secular descaso do Estado em investir na Educação pública de qualidade; associados a tal descaso encontram-se, por exemplo, uma política educacional pautada pela dualidade do ensino e precarização da infraestrutura das escolas (de instalações físicas, material didático, concentração de grande número de alunos por sala) e das condições de trabalho de seus funcionários – burocratização, baixa remuneração, sobrecarga de trabalho, falta de participação na tomada de decisões, falta de tempo e condições para efetivação do planejamento das atividades pedagógicas ou discussão, reflexão e estudo (PATTO, 1997). Tais elementos compõem uma ampla gama de

condições objetivas, que traçam o cenário da realidade escolar concreta e heterogênea, efetivando-se de modo genuíno em cada instituição e produzindo efeitos na vida diária escolar e nas relações entre os sujeitos que a constituem.

Nesse contexto, o direcionamento do olhar para as relações entre os sujeitos no dia a dia escolar – concebidos como sujeitos históricos cujas ações tecem a trama da vida cotidiana na instituição escolar, atravessada pelo poder estatal e pela diversidade de suas apropriações por parte dos protagonistas dessa história escolar (PATTO, 1993) – expressa a tentativa de superação do reducionismo subjacente tanto ao psicologismo (centrado no indivíduo abstraído) quanto ao sociologismo (relativo à tendência de se focar a análise de questões escolares em aspectos macroestruturais). Esta dimensão relacional abrange a compreensão da história escolar, dos sentimentos e representações que delineiam a experiência escolar, das implicações das condições objetivas do processo de escolarização na vida dos sujeitos e da rede de relações que o configuram. Tal rede de relações é dinâmica e contraditória, o que possibilita tanto a reprodução quanto a problematização de determinados mecanismos de opressão e desumanização que a constituem; sendo assim, imersas na cotidianidade propícia à alienação, ideologia e preconceitos – Heller (2000) –, as relações entre esses sujeitos expressam sua repetição e ruptura, resignação e resistência, enquanto se compactua (com) e se confronta a produção dos problemas de escolarização.

Estas relações são atravessadas por valores, concepções e representações socialmente difundidos, que orientam as práticas escolares e ações dos sujeitos, bem como por sentimentos vivenciados na experiência escolar, em um cenário hegemonicamente marcado pela humilhação e opressão, subjacentes às relações de poder instituídas na conjuntura social vigente alicerçada na divisão de classes. Assim como as condições objetivas da escolarização nessa conjuntura se concretizam de modo específico em cada instituição escolar, as relações entre os sujeitos não são homogêneas, portanto, o acesso à singularidade da experiência escolar e dessas relações envolve a compreensão das especificidades da vida diária escolar, com atenção à versão de seus protagonistas.

A partir da investigação dessa trama da vida na escola e da análise histórica da produção do fracasso escolar, Patto (1996) contribui para a reflexão sobre questões não restritas à realidade das escolas investigadas em sua pesquisa, mas que configuram a cotidianidade que está na base do processo de escolarização das escolas públicas brasileiras e em que se delineiam as relações entre os participantes do contexto escolar.

No cotidiano escolar, em que vigoram o preconceito e o reducionismo de questões sociais ao âmbito individual (expresso por meio da reprodução de tradicionais explicações psicológicas sobre o fracasso escolar, pelo processo de medicalização da Educação ou da patologização da queixa escolar), a origem de problemas escolares decorrentes de uma complexidade de fatores envolvidos no processo de escolarização é reduzida a aspectos centrados no indivíduo, o que traz implicações para a vida dos sujeitos e para sua experiência escolar. Dentre alguns destes efeitos na vida escolar encontram-se, por exemplo, a culpabilização de alunos, pais ou professores pelo fracasso escolar, a incitação de estereótipos relativos a alunos de classes populares e disseminação de rótulos atribuídos aos tidos como portadores de problemas de aprendizagem, a identificação dos alunos estigmatizados com o não saber ou com a condição de doentes e incapazes, a sensação de impotência, a humilhação e a exclusão.

A compreensão das relações entre os sujeitos da vida diária escolar implica, então, uma aproximação à experiência singular desses sujeitos e à sua história escolar (de modo a contemplar suas próprias versões sobre essa história), situando-se essa rede de relações na complexidade de fatores implicados no processo de escolarização, dentre os quais se encontram aspectos referentes ao funcionamento institucional e à política educacional (MACHADO E SOUZA, 1997).

A disciplina *Psicologia da Educação* como expressão de contribuições da Psicologia Escolar para a formação de professores

Tendo como base esta mudança de foco na análise de questões relativas à interface entre Psicologia e Educação, presente no movimento crítico no campo da Psicologia Escolar, referente ao deslocamento da centralidade do indivíduo abstrato para a reflexão sobre o processo de escolarização, atentando-se para as relações entre os sujeitos históricos que constituem a vida diária escolar, realizamos uma pesquisa sobre contribuições que a Psicologia Escolar oferece atualmente para a formação de professores, levando-se em conta as críticas que vêm sendo proferidas ao reducionismo de fenômenos educativos ao âmbito individual.

O trabalho ora apresentado é fruto desta pesquisa, cujo objetivo consistiu na investigação de contribuições da Psicologia Escolar para a formação inicial de professores, tendo a disciplina *Psicologia da Educação* como possível expressão de

discussões relativas ao processo de escolarização, proferidas neste campo do conhecimento.

Para tanto, observamos durante um semestre letivo as aulas ministradas em duas disciplinas de *Psicologia da Educação (A e B)*, oferecidas nos cursos de Pedagogia e demais Licenciaturas em uma universidade pública do Estado de São Paulo e realizamos entrevistas individuais com as docentes de tais disciplinas e com os coordenadores destes cursos, além de entrevistas em grupo com estudantes das disciplinas investigadas. Ao longo da pesquisa de campo, registramos por escrito o conteúdo ministrado pelas docentes, incluindo as discussões (perguntas e argumentações) dos estudantes e docentes sobre os temas apresentados, acompanhamos as atividades em grupo dos estudantes em sala de aula, observamos os seminários apresentados pelos estudantes e acessamos o material didático utilizado pelas docentes, bem como as produções discentes.

A análise do material obtido por meio da pesquisa de campo propiciou a compreensão de que dentre as discussões proferidas no campo da Psicologia Escolar sobre elementos que configuram o processo de escolarização e a vida diária escolar, encontram-se como temas centrais abordados ao longo das disciplinas investigadas: o fracasso escolar, a queixa escolar e as relações intersubjetivas que constituem o dia a dia da escola.

Em relação ao fracasso escolar, foi possível identificar que o processo de reflexão sobre esse tema envolve o questionamento de tradicionais explicações acerca desse fenômeno (com referências à influência de teorias racistas, à teoria da aptidão natural, teoria ambientalista, teoria organicista e teoria da carência cultural), cujos pressupostos permanecem em vigor no meio acadêmico e no senso comum, sendo socialmente difundidos e reproduzidos, inclusive, por participantes do contexto escolar.

As tradicionais explicações sobre o fracasso escolar são problematizadas ao longo das aulas em ambas as disciplinas. Em *Psicologia da Educação B*, é apresentado um panorama histórico dessas teorizações e discute-se a culpabilização do indivíduo pelo fracasso, de modo a se fazer alusão ao reducionismo que as embasa e a seu caráter ideológico; além disso, contextualiza-se historicamente a incidência dos problemas de escolarização no quadro educacional brasileiro, questionando-se a imagem idealizada sobre o processo de escolarização no século passado. Em *Psicologia da Educação A*, realiza-se a crítica aos testes psicométricos de inteligência e à concepção inatista que fundamenta a teoria da aptidão natural, situando-os como eficazes instrumentos a

serviço da manutenção da ordem social, ao legitimar cientificamente o preconceito e a desigualdade social; discute-se, também, sobre implicações do reducionismo do fracasso escolar ao âmbito individual na vida dos sujeitos, incluindo referências ao processo de medicalização da Educação. Em ambas as disciplinas, propicia-se a reflexão sobre a complexidade de fatores implicados na produção do fracasso escolar, com referências a elementos sociais, políticos e institucionais que constituem o processo de escolarização. Possibilita-se, ainda, o questionamento da associação direta entre fracasso escolar e formação de professores, calcada no argumento, socialmente difundido, da incompetência docente e de sua má formação, por meio do qual se endossa a culpabilização do professor pelos problemas de escolarização.

Nestas duas disciplinas, a queixa escolar é problematizada. São abordadas situações em que as causas de queixas escolares relativas aos chamados problemas de aprendizagem ou de comportamento são atribuídas a aspectos centrados nos alunos, encaminhados para atendimento psicológico por profissionais da Educação ou da Saúde, enquanto rótulos e estereótipos associados a tais queixas são imputados a esses alunos, cujos recursos e potencial deixam de ser reconhecidos pelos demais participantes do contexto escolar e por si mesmos. Discute-se sobre a patologização da queixa escolar, situando-a no processo de medicalização da Educação, por meio do qual aspectos social e historicamente constituídos são reduzidos a questões de ordem biológica (e, portanto, individual), com referências a queixas escolares relativas ao comportamento ou à aprendizagem que são tidas como decorrência de doenças neurológicas e genéticas (como dislexia ou TDAH); nesse contexto, reitera-se o questionamento da culpabilização do indivíduo pelo fracasso escolar e se atenta para as implicações de tal reducionismo na vida do sujeito.

As relações intersubjetivas que constituem a vida diária escolar também são discutidas nestas disciplinas, a partir de uma concepção materialista e histórica do homem (compreendido como um sujeito social e historicamente constituído) e dos fenômenos investigados nessa interface entre Psicologia e Educação. Em *Psicologia da Educação B*, ao se centrar o foco de análise no processo de escolarização e nas relações entre os sujeitos do dia a dia escolar, propicia-se uma reflexão sobre o cotidiano escolar e as relações entre esses sujeitos históricos, atravessadas por valores e representações socialmente difundidos, bem como pelos sentimentos vivenciados na experiência escolar e sobre rótulos ou estigmas que deixam marcas na escolarização e na vida dos sujeitos. Em *Psicologia da Educação A*, enfatiza-se a relevância das relações sociais no

processo de desenvolvimento e aprendizagem, bem como a necessidade de que os profissionais da Educação problematizem e não reproduzam os estereótipos e preconceitos socialmente difundidos (incluindo os cientificamente legitimados por teorizações psicológicas reducionistas) e que atravessam as relações entre os sujeitos no dia a dia escolar.

Por fim, a respeito das contribuições dessa disciplina para a formação de professores, segundo os participantes da pesquisa, as docentes de *Psicologia da Educação A e B* afirmam que esperam propiciar aos estudantes uma visão crítica sobre aspectos da vida diária escolar, atravessados por discursos e práticas no campo da Psicologia, ressaltando a relevância do questionamento de tradicionais explicações sobre o fracasso escolar, bem como da compreensão da constituição social e histórica do homem e do processo de escolarização; os estudantes referem-se à importância de atentar, em sua atuação como professores, para a estigmatização e os preconceitos que atravessam as relações escolares, assim como de problematizar as teorizações psicológicas que embasam concepções e ações dos participantes do contexto escolar, de modo a não compactuar com o reducionismo de questões sociais ao âmbito individual.

O levantamento de pesquisas recentes sobre a *Psicologia da Educação* e suas contribuições para a formação inicial de professores evidencia o fato de que essa disciplina frequentemente abriga uma diversidade de abordagens teóricas psicológicas e que a escola, como uma instituição social e de ensino, consiste em um elemento praticamente ausente em suas ementas. Tendo-se, hegemonicamente, como foco central de análise os processos de desenvolvimento e aprendizagem, a estrutura geral dessa disciplina costuma contemplar a apresentação de um panorama histórico sobre a relação entre Psicologia e Educação, seguida da exposição de conceitos centrais proferidos em distintas abordagens psicológicas (tais como behaviorismo, psicanálise, psicogenética e histórico-cultural, dentre outras), com ênfase nas teorizações de Piaget, Vigotski e Wallon – conforme se explicita em produções tais como as de Almeida (2000), Laroca (2000; 2002), Pereira, Almeida e Azzi (2002), Guerra (2003), Paini (2006), Levandovski (2008), Gatti (2009)³, Gatti e Nunes (2009) e Gatti (2010).

De modo geral, em tais pesquisas encontram-se referências à necessidade de superação de limitações recorrentes na disciplina *Psicologia da Educação* como

³ Trabalho encomendado pelo GT (Grupo de Trabalho) Psicologia da Educação, apresentado por Gatti na 32ª Reunião Anual da ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), em 2009.

dissociação entre teoria e prática, expressa pelo distanciamento entre o conteúdo ministrado e a realidade escolar, ensino fragmentado e sem continuidade, inconsistência teórica, falta de subsídios para compreensão do cotidiano escolar e ausência de reflexão sobre as bases epistemológicas das diferentes abordagens apresentadas. Além disso, as considerações acerca das ementas dessa disciplina, presentes nestas pesquisas, revelam a hegemonia de conteúdos referentes ao desenvolvimento humano e à aprendizagem, expressa, inclusive, pelo fato (ilustrado por meio destes trabalhos) de que a contribuição primordial da *Psicologia da Educação* para a formação de professores é predominantemente associada à compreensão dos processos de desenvolvimento e aprendizagem, que deveriam oferecer subsídios para instrumentalização da prática docente.

A transmissão do conhecimento acumulado no campo da Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem, assim como da Personalidade, nos cursos voltados para a formação inicial de professores é, de fato, relevante. No entanto, as contribuições da Psicologia para a formação docente não se limitam aos estudos realizados em tais campos, mas também abrangem discussões proferidas na Psicologia Escolar. Nesse sentido, deve-se enfatizar a necessidade de se propiciar na disciplina *Psicologia da Educação* a discussão de questões relativas à interface entre Psicologia e Educação não restritas ao desenvolvimento ou aprendizagem e que expressem o deslocamento de seu foco de análise da centralidade no indivíduo (subjacente ao modo como a Psicologia se insere, historicamente, na formação de professores) para a reflexão sobre o processo de escolarização, compreendido em sua complexidade, e as relações entre os sujeitos (históricos) que constituem a vida diária escolar.

Considerações finais

A inserção de discussões proferidas no campo da Psicologia Escolar, em uma perspectiva crítica, na formação docente lhes possibilita a problematização de questões referentes ao processo de escolarização e às relações entre os sujeitos que configuram o dia a dia escolar (dentre os quais se encontram, inclusive, estes mesmos professores), de modo a propiciar: a explicitação do caráter ideológico de teorizações psicológicas naturalizantes e adaptacionistas, ratificadas como discurso competente – detentoras da verdade e a serviço da manutenção do *status quo* –, cujas proposições são socialmente

difundidas e reproduzidas por tais sujeitos (assim como, por vezes, refutadas); a crítica ao reducionismo de questões educacionais, socialmente constituídas, ao âmbito individual – expresso por meio de tradicionais explicações sobre o fracasso escolar, da atribuição da origem de queixas escolares a fatores centrados no indivíduo e da medicalização da Educação – bem como suas implicações para a vida escolar desses sujeitos; e o questionamento de estereótipos e preconceitos que a própria Psicologia preconiza e que atravessam as relações escolares.

O movimento crítico no campo da Psicologia Escolar centra-se em um compromisso ético e político que envolve a luta por uma escola democrática e de qualidade, pela emancipação e transformação social e pela humanização do homem e das relações escolares. Essa concepção implica uma compreensão da realidade educacional brasileira, situando-a no modo de produção capitalista vigente, e da constituição social e histórica do processo de escolarização, do sujeito e dos fenômenos investigados nessa interface entre Psicologia e Educação.

As contribuições da Psicologia Escolar para a formação de professores, com base em uma perspectiva crítica, estão alicerçadas, portanto, nesse compromisso ético e político, que abrange a denúncia: da exploração e da desigualdade social que estão na base do modo de produção capitalista e do sistema educacional brasileiro, regido pelo secular descaso do Estado em investir no ensino público de qualidade, de modo a contextualizar os problemas de escolarização na conjuntura social vigente e atentar para a complexidade de elementos envolvidos em sua produção (sem os reduzir, portanto, aos chamados problemas de aprendizagem cuja origem é associada a fatores centrados no indivíduo); de mecanismos de opressão, humilhação e exclusão subjacentes ao modo de produção capitalista em que impera o estranhamento e, portanto, a desumanização do homem, que atravessam o cotidiano, as práticas e relações escolares e são incitados por teorizações psicológicas que naturalizam e endossam a desigualdade social; e do sofrimento produzido por meio da estigmatização de alunos a quem são atribuídos problemas ou dificuldades de aprendizagem, bem como de demais implicações do reducionismo de questões sociais ao âmbito individual no processo de escolarização e na vida dos sujeitos.

Ancoradas nesse compromisso ético e político, as discussões realizadas ao longo desse movimento crítico no campo da Psicologia Escolar propiciam aos futuros professores (ou aos estudantes que já atuam profissionalmente em instituições educacionais), que, assim como demais funcionários da escola, alunos e suas famílias,

são protagonistas da vida diária escolar, a compreensão da constituição social e histórica dos fenômenos investigados na interface entre Psicologia e Educação, o questionamento de crenças e conhecimentos (no sentido de conhecimento instituído, como mencionado anteriormente) proferidos pela Psicologia, os quais, ao serem reproduzidos por tais protagonistas, produzem marcas e efeitos na vida escolar dos sujeitos e, ainda, a indignação diante de teorizações psicológicas naturalizantes, reducionistas, estigmatizantes e patologizantes, bem como de práticas e ações por elas suscitadas, com as quais esses protagonistas podem buscar não compactuar.

A disciplina *Psicologia da Educação* pode consistir em uma importante aliada na luta pela humanização das relações e práticas escolares, tendo como alicerce discussões proferidas no campo da Psicologia Escolar voltadas para a problematização de estereótipos e preconceitos cientificamente legitimados que atravessam a vida diária escolar, do reducionismo de questões sociais ao âmbito individual no contexto da escola e suas implicações na vida escolar dos sujeitos, bem como para a explicitação do caráter ideológico de tradicionais teorizações psicológicas que preconizam a culpabilização de alunos ou de suas famílias e de professores pelo fracasso escolar. Considerando que o compromisso da Psicologia Escolar em uma perspectiva crítica reside na luta pela humanização das relações e práticas escolares que configuram o contexto escolar e pela qualidade da educação pública, com uma finalidade emancipatória, a disciplina *Psicologia da Educação* pode ser uma expressão desta luta, tendo os professores que atuam ou atuarão diretamente nas escolas, assim como os docentes desta disciplina, como notáveis aliados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Patrícia Cristina de. Discutindo a relação professor-licenciado e aluno-adolescente à luz da formação em psicologia. In: AZZI, Roberta; BATISTA, Sylvia Helena; SADALLA, Ana Maria (Orgs). *Formação de professores: discutindo o ensino de psicologia*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2000, p. 97-118.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 2. ed. São Paulo: Ed. Moderna, 1981.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO; GRUPO INTERINSTITUCIONAL QUEIXA ESCOLAR. (Orgs.). *Medicalização de crianças e adolescentes: conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doenças de indivíduos*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 2010.

FRELLER, Cintia. *Histórias de indisciplina escolar: o trabalho de um psicólogo numa perspectiva winnicottiana*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 2001.

GATTI, Bernardete. Psicologia da educação e formação de professores. Trabalho Encomendado – GT Psicologia da Educação, 32ª Reunião Anual da ANPED. Mimeo. 2009

_____. Psicologia da educação: conceitos, sentidos e contribuições. *Psicologia da Educação*, v. 31, p. 7-22, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141469752010000200002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 17 nov. 2014.

GATTI, Bernardete; Nunes, Marina. (Orgs). *Formação de professores para o ensino fundamental: estudo de currículos das licenciaturas em pedagogia, língua portuguesa, matemática e ciências biológicas*. São Paulo, SP: FCC/DPE, 2009.

GUERRA, Clarisa. *O ensino de psicologia na formação inicial de professores: constituição de conhecimentos sobre aprendizagem e desenvolvimento por estudantes de licenciaturas*. 2003. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2003.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. 6. ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2000.

LAROCCA, Priscila. O ensino de psicologia da educação sob o olhar de licenciados e licenciandos. In: AZZI, Roberta; BATISTA, Sylvia Helena; SADALLA, Ana Maria (Orgs). *Formação de professores: discutindo o ensino de psicologia*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2000, p. 119-144.

LAROCCA, Priscila. Problematizando os contínuos desafios da psicologia na formação docente. In: AZZI, Roberta; SADALLA, Ana Maria (Orgs.). *Psicologia e formação docente: desafios e conversas*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 2002.

LEAL, Záira; FACCI, Marilda; SOUZA, Marilene de. (Orgs). *Adolescência em foco: contribuições para a psicologia e para a educação*. Maringá, PR: Eduem, 2014.

LEVANDOVSKI, Ana Rita. *Contribuição da disciplina Psicologia da Educação para a prática docente no Ensino Fundamental I: um estudo por meio da metodologia da problematização*. 2008. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR, 2008.

LIBÂNIO, José Carlos. Psicologia educacional: uma avaliação crítica. In: LANE, Silvia T. M.; CODO, Wanderley (Orgs.). *Psicologia social: o homem em seu movimento*. 14. ed. São Paulo, SP: Ed. Brasiliense, 2012, p. 154-180.

MACHADO, Adriana M.; SOUZA, Marilene P.R. de. (Orgs.). *Psicologia escolar: em busca de novos rumos*. 2. ed. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 1997.

MEIRA, Marisa; ANTUNES, Mitsuko. (Orgs). *Psicologia escolar: teorias críticas*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 2003a.

_____. (Orgs). *Psicologia escolar: práticas críticas*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 2003b.

PAINI, Leonor. *Psicologia educacional: a vez e a voz dos acadêmicos de pedagogia das universidades estaduais do Paraná*. 2006. Tese (Doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

PATTO, Maria Helena S. *Psicologia e ideologia: uma introdução crítica à psicologia escolar*. São Paulo, SP: T.A. Queiroz, 1984.

_____. O conceito de cotidianidade em Agnes Heller e a pesquisa em educação. *Perspectivas*, v. 16, p. 119-141, 1993.

_____. *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 1996.

_____. (Org.). *Introdução à psicologia escolar*. 3. ed. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 1997.

_____. *Exercícios de Indignação: escritos de educação e psicologia*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 2005.

PEREIRA, Marli Amélia L.; ALMEIDA, Patrícia C.A. de; AZZI, Roberta G. A dimensão teórico-prática da psicologia educacional na formação de professores: a metodologia da problematização como desencadeadora da articulação entre teoria e prática. In: AZZI, Roberta; SADALLA, Ana Maria (Orgs.). *Psicologia e formação docente: desafios e conversas*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 2002, p. 185-211.

SOUZA, Beatriz de P. (Org.). *Orientação à queixa escolar*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 2007.

TANAMACHI, Elenita de R.; PROENÇA, Marilene; ROCHA, Marisa, L. da. (Orgs.). *Psicologia e educação: desafios teórico-práticos*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 2000.

VIÉGAS, Lygia de S.; ANGELUCCI, Carla Biancha. (Orgs.). *Políticas públicas em educação: uma análise crítica a partir da Psicologia Escolar*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 2006.